

# NOVA GESTÃO PÚBLICA E AS POLÍTICAS DE ACCOUNTABILITY NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR

**Ana Luísa Sena Maltez**

(UFBA | luisasena1d@gmail.com)

**Bárbara Jennifer Nascimento Silva**

(UFBA | barbara.jennifer@ufba.br)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de investigação a incidência de políticas educacionais de *accountability* na rede municipal de Salvador e sua relação com a Nova Gestão Pública (NGP). Seu desenvolvimento está associado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GEPPOLE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

As políticas de *accountability* podem ser entendidas como estratégias de efetivação e manutenção da NGP nos contextos locais. A partir dos anos 1990, é possível ver o crescimento exponencial da influência da NGP nas reformas educacionais gerencialistas realizadas no âmbito nacional, a partir de um movimento intencional de subverter a ação do Estado, aproximando a administração pública dos padrões da iniciativa privada (Brooke, 2008).

No caso do Brasil, a implementação e difusão das políticas de *accountability* apresenta particularidades. Brooke (2008) argumenta que a política de responsabilização é uma das formas pelas quais a política de *accountability* se manifesta e, no território nacional, surgiu como uma tentativa de melhorar os resultados das escolas, criando consequências para professores/as e gestores/as, uma vez que utiliza resultados obtidos por instrumentos avaliativos nacionais e internacionais para validar mecanismos de prestação de contas. Nesse sentido, os dispositivos de *accountability* emergem como um suposto movimento de garantir a gestão do sistema educativo (Maroy, Voisin, 2013).

A partir dessas considerações, o presente trabalho pretende analisar de que modo as políticas educacionais em vigência na rede municipal de Salvador, que apresentam características de *accountability*, estão amparadas na lógica da NGP. Para tanto, analisamos a implementação, concepção e características de três programas da rede. Como abordagem metodológica, realizamos uma pesquisa de cunho documental com documentos oficiais disponibilizados no Diário Oficial e divulgados no site da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

## **DISCUSSÃO**

A rede municipal de Salvador é composta pelas Gerências Regionais de Educação (GRE), que podem ser descritas como divisões administrativas responsáveis por coordenar a implementação de políticas. A SMED de Salvador tem como marco normativo a lei Nº 9105/2016, cuja vigência é de 10 anos (2016-2026), apresentando metas e diretrizes a serem cumpridas (Salvador, 2016). Uma vez que as ações da SMED estão baseadas nas leis federais da educação, o enfoque no IDEB é naturalizado pela secretaria, para demonstrar que este é um posicionamento legítimo para respaldar as decisões da gestão pública (Santos, 2020).

Nesse movimento, é possível ver que a SMED desenvolve ações de monitoramento e gestão dos resultados das avaliações do governo federal e das internacionais, características básicas presentes no gerencialismo. Em 2013, a Secretaria implementou o Programa Estruturado Alfa e Beto que perdurou até 2015 após forte rejeição das escolas, sendo substituído pelo Nossa Rede. Embora se fundamentem em concepções teóricas distintas, os programas detêm modelos próximos, no que tange à estrutura, dado que são identificados como Sistemas Estruturados: pacotes educacionais milionários, compostos por materiais para os alunos e professores; formação continuada para utilização dos materiais, sistema de avaliação e monitoramento (Souza, 2018).

Obedecendo a lógica mercadológica, esses programas oferecem soluções rápidas ao problema do fracasso escolar ao mesmo tempo que fomentam processos de fragmentação do trabalho pedagógico, resultando na retirada da autonomia pedagógica da escola, uma vez que a lógica da racionalidade presente nos manuais deve ser seguida à risca para que as metas sejam alcançadas. Além disso, os programas trazem consigo a

lógica tecnicista mercadológica que toma os profissionais como executores de um manual pedagógico, esvaziando suas identidades pedagógicas e os desconectando da prática. Diante disso, o processo de burocratização do trabalho pedagógico se aprofunda com os programas, ao mesmo tempo em que as condições de trabalho são precarizadas, reforçando a centralidade de atuação nas ações e indivíduos (professores/as e estudantes).

Buta, Teixeira e Schurgelies (2018) apontam três dimensões das políticas de accountability: informação (transparência), justificação (prestação de contas) e a punição ou recompensa (responsabilização). A responsabilização, nesse ponto de vista, se estabelece ao outorgar responsabilidades e à imputação de consequências aos envolvidos no processo.

Em 2024, foi anunciado o programa Nossa Escola em Dados, que objetiva centralizar, em uma única plataforma digital, todos os dados da educação municipal, desde resultados das avaliações externas e dados do Censo Escolar, até dados administrativos, de infraestrutura e gestão das escolas (Salvador, 2024). Embora trate de um mecanismo muito recente, a adoção dessa plataforma pode reverberar no controle e vigilância do trabalho de diretoras escolares, consequências da plataformização do trabalho e do gerencialismo (Mello; Santos; Pereira, 2022).

Vemos, nesse programa, as atuações dos pilares da transparência, da prestação de contas e da responsabilização que vem se consolidando na educação soteropolitana. Utilizando um discurso de resolver os problemas de qualidade da educação pública, com a propensão de responsabilizar as escolas, docentes, diretores/as e estudantes pelo desempenho escolar nos testes de larga escala (Schneider, 2019).

A plataforma, ao unificar os dados e indicadores, pode “indicar padrões de desempenho, práticas exitosas e pontos de vulnerabilidade, [que] podem ser considerados na elaboração de intervenções pedagógicas por turma ou mesmo individualizadas” (Salvador, 2024). Ou seja, a plataforma tem como objetivo a transformação de ações educativas em dados. Nesse sentido, cabe aos/às diretores/as escolares a “alimentação” da plataforma. Isso pode indicar a introdução de uma nova atribuição ao trabalho de diretores/as, além da perspectiva de controle e vigilância do trabalho realizado no chão da escola pela SMED.

Essa pressão causada com a política de responsabilização, que é acompanhada de um mecanismo de prestação de contas, contribui para o surgimento de distorções que induzem o desenvolvimento de um trabalho focado nos aspectos que são monitorados pelos testes, via sistemas de controles.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo analisar as políticas educacionais de *accountability* em vigência na rede municipal de Salvador e de que modo elas se manifestam como estratégias de efetivação da NGP. A partir da análise dos programas Nossa Rede e Nossa Escola em Dados, foi possível constatar que os programas citados têm concepções semelhantes. Esses programas apresentam uma perspectiva neotecnista, na qual os/as profissionais são tomados/as por meros executores das políticas, uma vez que são instruídos/as com informações e orientações técnicas para utilização dos pacotes educacionais, sem espaço para momentos de formação de um pensamento autônomo.

Além disso, a partir de ações de monitoramento e gestão dos resultados das avaliações, as escolas se tornam reféns de sistemas de avaliação e monitoramento, aumentando o processo de burocratização do processo pedagógico. Por fim, verificamos que o programa Nossa Escola em Dados, cujo cerne está na digitalização dos dados das escolas municipais e no controle do trabalho de diretores/as escolares, representa um processo de plataformização do trabalho de diretores/as escolares.

Pesquisas que apontem para a investigação individualizada de cada um desses programas se mostram como pontos cruciais para o desenvolvimento do tema pesquisado neste trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

BROOKE, N. Responsabilização Educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madrid, v. 1, n. 1, 2008. p. 93-109.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C.; SCHURGELIES, V. Accountability nos atos da administração pública federal brasileira. **Revista Pretexto**, v. 19, n. 4, 2018. p. 46-62.

MAROY, C.; VOISIN, A. As transformações recentes das políticas de accountability na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública. **Educ Soc**, v. 34, n. 124, jul. 2013. p. 881-901.

MELLO, M.; SANTOS, C.; PEREIRA, R. A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, set./dez. 2022. p. 899-916.

SALVADOR. Projeto “Nossa Escola em Dados” fortalece gestão e monitoramento de indicadores da educação municipal. **Secretaria Municipal de Salvador**, [online], 21 maio 2024.

SANTOS, M. O. **Monitoramento e gestão das avaliações externas e do IDEB no âmbito da educação municipal**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória da Conquista, 2020.

SCHNEIDER, M. P. Dispositivos de accountability na reforma da educação básica brasileira: tendências em curso. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 19, n. 60, jan./mar. 2019. p. 469-493.

SOUZA, D. S. de. **Nós na Rede - formação continuada na perspectiva do Coletivo de Coordenadores Pedagógicos de Salvador: tensões, desafios e potenciais**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.